

Brasília-DF, 3 de dezembro de 2013

## **Permitir greve de servidor é demagogia, diz ministro Luiz Fux**

O ministro Luiz Fux, do STF (Supremo Tribunal Federal), afirmou nesta segunda-feira (2) que é "demagogia" e "desatino" permitir a greve de servidores públicos.

Em seminário sobre direito no Rio, ele criticou a Constituição de 1988 por ter aprovado o direito de greve para os funcionários dos Três Poderes.

"A Constituição Federal, a meu ver num rasgo demagógico, permitiu a greve dos servidores públicos", disse Fux. "A verdade é que a greve do servidor público não tem nenhuma eficácia. Ela só prejudica aqueles que dependem do serviço público", afirmou.

O ministro criticou a greve dos professores no Rio e as manifestações de rua promovidas por funcionários das redes estadual e municipal. "Tudo o que (isso) consegue é facilitar a infiltração de black blocs e destruir a nossa belíssima cidade do Rio de Janeiro", disse.

Em outubro, Fux revogou o corte de ponto dos professores no Rio e promoveu reunião de conciliação entre o sindicato da categoria e representantes do Estado e da prefeitura.

O ministro do STF não quis falar sobre as prisões de réus condenados no processo do mensalão. Ele participou do seminário "Panorama atual da mediação e da arbitragem no Brasil", na sede da Associação Comercial do Rio.

\*Fonte: [Folha de S. Paulo](#).

### **Aposentadoria adiada**

*Aumento da expectativa de vida dos brasileiros para 74,6 anos eleva o fator previdenciário. Tempo na ativa terá de ser maior*

O brasileiro está vivendo mais e, por isso, terá que trabalhar por um período maior se quiser se aposentar com o rendimento esperado. Dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que a expectativa de vida média de homens e mulheres chegou a 74,6 anos em 2012. Um acréscimo de cinco meses e 12 dias em relação a 2011. Como a Previdência Social usa esse indicador para calcular a concessão de benefícios por tempo de contribuição, o fator previdenciário — uma espécie de pedágio — foi alterado.

Técnicos da Previdência estimam que, desde ontem, o segurado que contribuir por 35 anos e requerer a aposentadoria aos 55 anos terá de trabalhar mais 153 dias corridos se quiser manter o mesmo valor de benefício. Para se ter ideia do impacto, se o trabalhador, com salário médio de R\$ 1 mil, tivesse pendurado as chuteiras na semana passada, garantiria rendimento de R\$ 716,93. Agora, o contracheque será de R\$ 705,69, ou R\$ 11,24 a menos. No caso de um segurado com 60 anos e 35 de contribuição, o tempo de permanência na ativa será de mais 173 dias para que a aposentadoria não seja reduzida.

O consultor e especialista em previdência Renato Follador explicou que o cálculo do fator previdenciário correlaciona o tempo de contribuição com a expectativa de recebimento do benefício. Como a longevidade aumenta a cada ano, é preciso atualizar as tabelas usadas nos cálculos das aposentadorias, como forma de evitar uma disparada do rombo no caixa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que, em 2013, encostará nos R\$ 43 bilhões.

Follador explicou que, como o brasileiro viverá mais cinco meses, em média, o gasto com aposentadoria também subirá. Por isso o tempo de contribuição passa a ser maior. Pelas contas dele, em média, o impacto no benefício será de 0,25% a 1,67%.

O despachante na área de propriedade industrial Heli Corrêa Neto, 57 anos, tem 31 anos de contribuição ao INSS. Mas ele não pensa em requerer a aposentadoria nos próximos 10 anos, porque o valor do benefício não é atrativo. "Sempre trabalhei com carteira assinada e recolhi o valor correto à Previdência. Terei que esperar para não ser prejudicado", disse.

*\*Fonte: Correio Braziliense desta terça-feira, 3 de dezembro de 2013.*

### **Novo fator previdenciário pode diminuir aposentadoria em R\$ 200**

*Cálculo é de especialista em Direito Previdenciário; a partir desta segunda-feira, já vale a nova tabela com base na nova expectativa de vida divulgada pelo IBGE*

As mulheres tiveram uma redução maior nas aposentadorias calculadas sob o novo fator previdenciário, em vigor a partir desta segunda-feira, 2. A diferença no benefício delas pode chegar a R\$ 200, segundo cálculos de um especialista em direito previdenciário.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou nesta segunda os resultados de 2012 das Tábuas Completas de Mortalidade, que são usadas pelo Ministério da Previdência Social como um dos parâmetros para determinar o fator previdenciário, usado na fórmula de cálculo das aposentadorias pelo INSS.

Quando a expectativa de vida aumenta, maior é o desconto do fator previdenciário nas aposentadorias, ou seja, menor é o valor do benefício. A esperança de vida ao nascer no Brasil subiu de 74,08 anos em 2011 para 74,6 anos em 2012.

Os cálculos feitos pelo advogado Sérgio Henrique Salvador, especialista em Direito Previdenciário e professor do Instituto Brasileiro de Estudos Previdenciários (IBEP), mostram uma perda de até R\$ 208 no caso de aposentadoria de contribuinte do sexo feminino.

Uma mulher com 55 anos de idade e 30 anos de contribuição, com salário teto do INSS (de R\$ 4.159), que entrasse com pedido de aposentadoria até sexta-feira passada, dia 29 de novembro, receberia R\$ 2.495,40 pela tabela anterior, que levava em consideração a esperança de vida calculada em 2011. Se essa mesma mulher entrar com pedido de aposentadoria a partir de hoje, já vale a nova tabela, que considera os resultados das Tábuas de Mortalidade 2012, portanto, a contribuinte receberia R\$ 2.287,45, R\$ 208 a menos.

"Como não poderia deixar de ser, o fator previdenciário fortemente influenciado pela expectativa de vida publicada pelo IBGE continua sendo drasticamente prejudicial para a mulher", afirmou Salvador.

No caso de um homem com 60 anos de idade e 35 anos de contribuição, com salário teto do INSS (R\$ 4.159), o benefício seria de R\$ 3.618,33 para pedidos de aposentadoria até a sexta-feira passada. A partir desta segunda-feira, o pedido de aposentadoria resultaria num benefício mensal de R\$ 3.535,15, uma diferença de R\$ 83,18.

"No exemplo acima, há uma grande distorção se comparado com o homem", disse o professor. "Para as mulheres, a incidência do fator previdenciário é muito agressiva, tendo em vista que a mulher possui uma expectativa de sobrevivência maior que a do homem, logo, se pede a aposentadoria precocemente, a perda financeira é significativa", acrescentou.

A esperança de vida ao nascer dos homens brasileiros aumentou de 70,6 anos em 2011 para 71,0 anos em 2012, o equivalente a 4 meses e 10 dias a mais. As mulheres tiveram aumento ainda maior, de 77,7 anos em 2011 para 78,3 anos em 2012, um acréscimo de 6 meses e 25 dias.

Salvador lembrou que os exemplos acima tomaram por base uma idade média que dê direito a aposentadoria por tempo de contribuição, onde a incidência do fator previdenciário é de ocorrência obrigatória, ao contrário da aposentadoria por idade, em que o fator só pode ser usado se beneficiar o trabalhador.

"Com o passar dos anos, fica mais nítido que uma aposentadoria precoce com relação à idade implica em grande perda financeira quando do recebimento do benefício", avaliou o advogado.

\*Fonte: [Estadão](#).

### **Servidores: R\$ 135 bi no crédito consignado**

*Volume de débitos do funcionalismo com os bancos é 7,5 vezes maior que a fatura dos trabalhadores da iniciativa privada*

Os servidores públicos já devem R\$ 135,2 bilhões aos bancos por meio de empréstimos consignados, volume 7,5 vezes maior que os débitos de trabalhadores da iniciativa privada, segundo o Banco Central. O montante é duas vezes superior à fatura de R\$ 65,7 bilhões que os beneficiários da Previdência têm pendurada com as instituições financeiras, na mesma modalidade de crédito. No acumulado do ano, os recursos a serem descontados na folha de pagamento do setor público cresceram 16,5%, acima dos 12% do total geral das operações.

Os dados surpreendem, uma vez que a soma de servidores estatutários e militares no país, conforme pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), chega a 6,9 milhões de pessoas ante 46,6 milhões de trabalhadores do setor privado e 27,7 milhões de segurados da Previdência. Dois fatores ajudam a explicar o forte endividamento do funcionalismo público: a estabilidade no emprego e o salário maior. Em setembro, a renda média dos servidores foi de R\$ 3,2 mil, 84,5% acima da registrada entre os profissionais do setor privado com carteira assinada, de R\$ 1,7 mil.

Supervisionados pelo Ministério do Planejamento, os empréstimos consignados do funcionalismo federal têm limite legal de comprometimento da renda de, no máximo, 30%. As dívidas podem ser pagas em até 60 parcelas. O problema, ressaltaram técnicos do Banco Central, é que boa parte dos servidores, além do consignado, acumula débitos pesados no cartão de crédito e está atolada no cheque especial, que tem as maiores taxas de juros do mercado, de 10% ao mês, em média. Também há muitos pagando prestações de carros e da casa própria.

Segundo o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Tulio Maciel, com as características diferenciadas do funcionalismo, que reduzem os riscos de calotes, os bancos se sentem mais confortáveis em emprestar para esse público. Soma-se a isso o fato de os brasileiros estarem cada vez mais informados sobre o custo do crédito, o que os leva a buscar linhas de financiamento com taxas mais baixas. Na média, os juros dos empréstimos com desconto em folha para o funcionalismo estão 22,4% ao ano, contra 88,1% anuais do crédito pessoal normal e 144,5% do cheque especial. "Percebemos que o crédito com menor custo ganha mais espaço em detrimento do mais caro", afirma. Uma boa notícia.

## **Cautela**

A despeito dos juros menores, o endividamento crescente dos servidores públicos merece atenção, afirma o educador financeiro Mauro Calil. Para ele, é preciso muita cautela na hora de se tomar qualquer empréstimo ou financiamento, de forma a se evitar desequilíbrios desnecessários no orçamento doméstico.

O ideal, destacou, é que as pessoas — e isso vale para todos os consumidores — façam uma poupança para comprar à vista em vez de recorrerem a empréstimos para consumir. Calil destaca ainda que o endividamento, mesmo que justificável, não deve ser exagerado, pois o pagamento de prestações compromete a margem de flexibilidade da renda familiar quando surgir uma eventualidade, como uma doença.

Calil assinala que, nos casos em que os consumidores estiverem com a corda no pescoço, o ideal é verificar o saldo da dívida, qual a instituição credora, as taxas de juros que estão sendo pagas e o prazo da dívida. “Depois disso, negociem condições melhores e, se for necessário, vendam um bem, como um carro, para diminuir a dívida ou quitar o total dos débitos. As pessoas precisam seguir esse planejamento à risca, porque qualquer deslize pode comprometer a renda de toda a família”, frisa.

O servidor público João Dias do Amaral, 30 anos, se empolgou com a oferta de crédito que tinha disponível no banco após passar em um concurso. Ele se viu endividado em menos de um ano e meio de trabalho. Comprou um apartamento, trocou de carro e fez uma viagem ao exterior. Os gastos excessivos comprometeram mais de 50% do salário. Para sair do sufoco, João foi obrigado a recorrer aos pais a fim de quitar uma parte dos débitos. “Felizmente, me reequilibrei. Pago o que devo e, agora, já consigo poupar um pouquinho para qualquer necessidade”, conta.

## **Educação**

O educador financeiro Álvaro Modernell alerta que o controle das finanças pessoais é a chave para não cair nas armadilhas do endividamento. Segundo ele, o brasileiro é impulsivo, consome de maneira exagerada — sobretudo quando passa a ganhar mais ao entrar no setor público — e, ao se dar conta, já está com o orçamento comprometido. No entender dele, o problema não está relacionado à falta de informação, pois há divulgação em massa sobre o custo do dinheiro.

Modernell aconselha que os consumidores comprometam, no máximo, 20% da renda com empréstimos e financiamentos para ter uma reserva em situações de emergência. “Em muitos casos, a pessoa só se preocupa com o valor da parcela, se esquece dos prazos alongados e das taxas de juros, que estão subindo. O certo é pensar em um processo de reeducação das clientes, para que deem mais importância aos gastos diários”, sinaliza.

Ao ter problemas com um financiamento habitacional e um empréstimo consignado, o servidor Luís Paulo Farias, 39, procurou a ajuda de um profissional para controlar as finanças. “Eu gastava compulsivamente com coisas fúteis. Mas aprendi a lição. Fiquei sem quase nada no bolso. Agora, faço uma economia mensal, inclusive para viagens”, conta.

*\*Fonte: Correio Braziliense de 29 de novembro de 2013, [disponível no site em versão resumida](#).*

## **Servidores federais já podem inscrever-se nos planos de saúde da Geap**

*Na administração direta, novas adesões não terão prazo de carência, se concluídas até 5 de janeiro de 2014. Autarquias e fundações ainda devem aderir ao convênio*

O [Ministério do Planejamento firmou convênio com a Geap](#) Autogestão em Saúde para prestação de assistência à saúde complementar dos servidores do Poder Executivo Federal. Poderão fazer adesão, empregados ativos, aposentados, seus respectivos grupos familiares e pensionistas. Novas adesões estão isentas de carência, desde que feitas até o dia 5 de janeiro de 2014. Os órgãos da administração direta que até o momento não possuíam convênio com a Geap serão automaticamente contemplados. Autarquias e

fundações públicas, porém, deverão assinar termo de adesão ao convênio, que deve ser entregue no Departamento de Políticas de Saúde, Previdência e Benefícios do Servidor (Desap), da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento.

Quanto aos órgãos e entidades que possuíam convênio com a Geap, continuarão a ser assistidos pela operadora, sob as regras do novo convênio. Novas adesões serão possíveis, porém limitadas obrigatoriamente a três planos – Geap Referência, Geap Essencial e Geap Clássico – objetos do convênio único firmado dia 5 de novembro. A vigência do convênio é de 60 meses.

\*Fonte: [site do Ministério do Planejamento](#).

## **Dívida pública volta a ultrapassar R\$ 2 trilhões e bate recorde em outubro**

*Em outubro passado, dívida subiu 1,69%, para R\$ 2,02 trilhões, diz Tesouro. Recorde anterior, de R\$ 2 tri, havia sido registrado em dezembro de 2012*

A dívida pública federal, que inclui os endividamentos interno e externo do governo, teve aumento de 1,69% em outubro, para R\$ 2,02 trilhões, segundo informações divulgadas nesta segunda-feira (25) pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Com a alta registrada em outubro, a dívida retornou ao patamar de R\$ 2 trilhões, atingida somente uma única vez, em dezembro de 2012, e bateu novo recorde histórico para todos os meses. A série divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional, em sua página na internet, tem início em janeiro de 2004.

Em outubro, a dívida pública subiu por conta da emissão líquida de títulos públicos (acima do valor dos vencimentos) em R\$ 15,2 bilhões, além das despesas com juros – que somaram R\$ 17,5 bilhões em outubro.

Somente a dívida interna teve crescimento de 1,91% no mês passado, para R\$ 1,93 trilhão. A dívida externa, por sua vez, teve redução de 2,73% em outubro, passando para R\$ 88,5 bilhões – contra R\$ 91,3 bilhões no mês anterior.

### **Programação para 2013**

O atingimento da marca de R\$ 2 trilhões para a dívida pública neste ano já era esperada pela Secretaria do Tesouro Nacional. Segundo plano da instituição, a dívida pública pode chegar a R\$ 2,24 trilhões no fim deste ano – R\$ 232 bilhões mais em relação a 2012. Os dados constam no Plano Anual de Financiamento (PAF).

O documento prevê um patamar entre R\$ 2,1 trilhões, o que representaria um crescimento de R\$ 92 bilhões, e R\$ 2,24 trilhões, para a dívida pública brasileira no fim deste ano. Deste modo, a estimativa de expansão da dívida pública, em 2013, varia de 4,58% a 11,55%.

### **Aumento nos últimos anos**

Segundo os dados do Tesouro, nos últimos oito anos a dívida pública dobrou: em 2004, o estoque de dívida estava em R\$ 1,01 trilhão, subindo para R\$ 2 trilhões em outubro – um crescimento de cerca de 100%.

Da expansão da dívida pública de cerca de R\$ 1 trilhão nos últimos oito anos, mais de R\$ 300 bilhões referem-se a emissões de títulos públicos para capitalizar o BNDES, ou mais de 30% da alta total.

Em 2009, o Tesouro emitiu R\$ 100 bilhões para o banco público, valor que passou para R\$ 80 bilhões em 2010, para R\$ 45 bilhões em 2011 e para R\$ 55 bilhões no ano passado. Neste ano, o governo vai injetar entre R\$ 20 bilhões e US\$ 25 bilhões no banco público.

### **Perfil da dívida**

Os números do governo federal, calculados após a contabilização dos contratos de "swap cambial", mostram que o estoque de títulos prefixados (papéis que têm a correção determinada no momento do leilão) somou R\$ 810 bilhões em outubro, ou 41,9% do total, contra R\$ 789 bilhões, ou 41,5% do total, em setembro deste ano.

Os títulos atrelados aos juros básicos da economia (os pós-fixados), por sua vez, tiveram sua participação reduzida em outubro. No fim do mês passado, estes títulos públicos representavam 13,59% do estoque total da dívida interna, ou R\$ 262 bilhões, contra 14,84% do total (R\$ 281 bilhões) em setembro de 2013.

A parcela da dívida atrelada aos índices de preços (inflação) somou 36,6% em outubro deste ano, ou R\$ 708 bilhões, contra 36,7% do total em setembro deste ano – o equivalente a R\$ 698 bilhões.

Os ativos indexados à variação da taxa de câmbio, por sua vez, somaram 7,85% do total em outubro (R\$ 151 bilhões), contra R\$ 123 bilhões, ou 6,77% do total, em setembro deste ano. O aumento da dívida atrelada ao dólar se deve à emissão de contratos de swap cambial – que equivalem a uma venda de dólares no mercado futuro.

\*Fonte: [GL](#).

## **Marcos Prochet é condenado a 15 anos de prisão por morte de trabalhador sem terra**

*Marcos Prochet, ex-presidente da União Democrática Ruralista – UDR, é o terceiro condenado pelo assassinato do agricultor sem terra Sebastião Camargo, ocorrido durante um despejo ilegal, em 1998.*

Em julgamento histórico, júri popular condena o ruralista Marcos Prochet a 15 anos e nove meses de prisão por homicídio duplamente qualificado, mas poderá recorrer em liberdade. O julgamento terminou por volta das 22h desta sexta-feira (22), com a presença de mais de 200 pessoas, no Tribunal do Júri de Curitiba/PR.

A viúva e o filho de Sebastião Camargo, assassinado há 15 anos, acompanharam todo o julgamento. Para Cesar Venture Camargo, filho da vítima, a decisão é uma resposta tardia: “Não vai trazer meu pai de volta, mas ele [Prochet] já vai pagar um pouco pelo que fez”. A família de Camargo é assentada em Ramilândia, região Oeste do Paraná.

“Passados 15 anos, dois extravios do processo e dois adiamentos de júri, a condenação de Marcos Prochet é um marco histórico na justiça paranaense”, é o que afirma Darci Frigo, coordenador da Terra de Direitos. Para Frigo, [as recomendações da Organização dos Estados Americanos \(OEA\)](#) ao estado brasileiro, em 2011, contribuiu decisivamente para o resultado.

Depois da repercussão internacional, o caso Sebastião Camargo passou a ser acompanhado pelo programa Justiça Plena, do Conselho Nacional de Justiça, que monitora e dá transparência ao andamento de processos de grande repercussão social. Aílson Silveira Machado, coordenador de Medição de Conflitos Agrários da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República que acompanhou todo o júri, frisou a importância do programa para a efetivação da justiça no Brasil: “A impunidade nesse país tem que acabar. Isso começa a aparecer com o programa Justiça Plena”.

A Terra de Direitos irá comunicar a OEA sobre o andamento do processo e solicitar acompanhamento das próximas movimentações jurídicas da defesa de Prochet, para que não haja anulação no júri.

### **Novas tentativas de adiamento**

No início da sessão de julgamento, o advogado de defesa suscitou duas supostas nulidades para tentar adiar o júri, que foram negadas pelo juiz que presidia o julgamento, Leonardo Bechara Stancioli. Essas nulidades deverão ser levadas pela defesa em recuso dirigido ao Tribunal de Justiça do Paraná – TJ-PR com o objetivo de tentar anular o julgamento.

Passados 15 anos da morte do agricultor, com violações ocorridas do direito à vida, às garantias judiciais e à proteção judicial que resultaram no envio de recomendações da Organização dos Estados Americanos (OEA) ao estado brasileiro, espera-se que a decisão do julgamento seja mantida e não haja anulação pelo TJ.

Para defender Marcos Prochet, o advogado direcionou a acusação da morte do sem terra a [Firmino Borracha](#), já condenado pelo assassinato de Eduardo Anghinone, em 1999. Prochet esteve no julgamento de Borracha e deu declarações ao [jornal Folha de S. Paulo](#) afirmando a inocência do pistoleiro.

A banca de acusação do julgamento foi composta por Lúcia Inês Giacometti Andrich, promotora de justiça do Ministério Público do Paraná, Fernando Gallardo Vieira Prioste, assessor jurídico popular da Terra de Direitos, e o advogado Cláudio Oliveira, ambos atuando como assistentes de acusação.

### **Outros envolvidos**

Em novembro de 2012, [duas pessoas foram condenadas](#) por participação no crime: Teissin Tina, ex-proprietário da fazenda Boa Sorte, onde o agricultor foi morto, foi condenado a seis anos de prisão por homicídio simples; e Osnir Sanches, condenado a 13 anos de prisão por homicídio qualificado e constituição de empresa de segurança privada, utilizada para recrutar jagunços e executar despejos ilegais. Um ano após o julgamento, os dois condenados continuam em liberdade.

No dia 04 de fevereiro deste ano, o terceiro réu, [Augusto Barbosa da Costa](#), acusado de homicídio doloso no envolvimento no caso, foi julgado e absolvido pelo júri. A maioria dos jurados reconheceu a participação do réu de forma efetiva e consciente no crime, portando arma de fogo e aderindo à mesma conduta dos demais presentes no despejo, mas assim mesmo votou pela absolvição do acusado.

No mês de julho deste ano, o Ministério Público do Paraná também denunciou por suspeita de participação no crime o ruralista [Tarcísio Barbosa de Souza](#), presidente da Comissão Fundiária da Federação de Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), ligada à Confederação Nacional da Agricultura (CNA). O ruralista é ex-tesoureiro da União Democrática Ruralista (UDR) e ex-vereador em Paranavaí pelo partido Democratas (DEM).

### **Entenda o caso**

Sebastião Camargo foi morto aos 65 anos, durante um despejo ilegal realizado por uma milícia privada ligada à UDR. Segundo as testemunhas, cerca de 30 pistoleiros encapuzados e vestidos com roupas pretas participaram da ação, ocorrida no dia 7 de fevereiro de 1998, no município de Marilena, Noroeste do estado. Além do assassinato de Camargo, 17 pessoas, inclusive crianças, ficaram feridas.

O crime compõe o cenário de grande violência no campo vivido no período do governo Jaime Lerner no Paraná. De 1995 a 2002, 16 trabalhadores sem terra foram assassinados no estado. A ação de milícias armadas aparece como uma constante nas investigações dos despejos violentos e assassinatos por conflitos de terra. A maioria dos assassinatos ocorridos neste período teve participação dos grupos ilegais, inclusive o de Sebastião Camargo.

Investigações feitas pela polícia apontam que as milícias realizavam contrabando internacional de armas, tinha ramificações na Polícia Militar e atuava de forma a impedir investigações dos crimes cometidos, pois contava com a anuência de parlamentares brasileiros. Denúncias dos trabalhadores rurais apontaram para a existência de uma “Caveirão Rural”, veículo blindado de fabricação artesanal, semelhante ao utilizado pela polícia do Rio de Janeiro, utilizado pelos pistoleiros e latifundiários para despejos ilegais.

\*Fonte: [site da ONG Terra de Direitos](#).

**FENASPS**